

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1996

Saúde

ORÇAMENTO

Prefeitura transfere servidor para financiar PAS

Heitor Hui/AE

Pelo menos 17 mil funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, que não aderiram ao plano, foram transferidos para outras secretarias e órgãos; objetivo é evitar o estouro no custo do sistema

PABLO PEREIRA

A Prefeitura de São Paulo está usando o desvio de função forçado de pelo menos 17 mil servidores para desonerar o caixa da Secretaria Municipal da Saúde e permitir o financiamento do Plano de Assistência à Saúde (PAS). Retirando essa massa de funcionários que não aderiram ao PAS da folha de pagamento da Saúde, e espalhando-a entre outras secretarias e órgãos, a Prefeitura pulveriza uma despesa média de R\$ 13 milhões mensais, que pode chegar a R\$ 156 milhões ao ano, 20,2% do orçamento do setor.

Com o truque, Paulo Maluf quer evitar um estouro no custo do PAS, que deve consumir R\$ 695,2 milhões, 90% dos R\$ 772,5 milhões previstos no orçamento. Se os servidores que não concordam com o PAS ficarem recebendo no caixa do secretário da Saúde, Roberto Paulo Richter, o orçamento subiria para R\$ 851,2 milhões.

Peso morto — Para manter as finanças sob controle, Richter vem transferindo servidores, livrando-se de um peso morto no sistema para poder manter o fluxo de recursos repassados para as 14 cooperativas do PAS, instaladas desde janeiro. O secretário aproveita ainda para isolar a resistência interna ao plano. Até junho, a Secretaria da Família e Bem-Estar Social era a campeã em recebimento de servidores da Saúde (3.781), seguida da Secretaria

de Administração e das Administrações Regionais (2.759). As Secretarias de Esportes, de Educação e a Guarda Civil Metropolitana também foram escolhidas para aglomerar os indesejados no PAS.

Um estudo do Sindicato dos Servidores Municipais (Sindsep) aponta que 17.468 servidores já foram remanejados e outros 10 mil aguardam a publicação de portarias no *Diário Oficial*. "São 28 mil pessoas", afirma a presidente do Sindsep, Claudete Alves de Souza. "Desse total, 3 mil são médicos", diz José Erivaldo Guimarães de Oliveira, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp). "Cerca de 1.800 já foram transferidos", explica. "Há obstetras em creches e neurocirurgiões em usina de asfalto."

A Secretaria da Saúde divulga outros dados. Assessores confirmam um número aproximado de transferências efetivadas, mas negam a continuidade da divisão dos gastos. Segundo uma assessora da Saúde, que não quis se identificar, são 16.231 os funcionários transferidos. O grupo dos médicos, segundo ela, inclui 1.665 servidores.

"Aqui tenho uns 80 ou 90 servidores", disse Natanael Nunes Barreto, administrador do posto avançado do Itaim Paulista, vinculado à Administração Regional (AR) de São Miguel. Ele se negou a fazer um cálculo de quanto custa o contingente que desde junho bate ponto sem ter o que fazer.

Enquanto argumentava que está



Funcionários transferidos da Saúde no pátio do posto da AR de São Miguel Paulista: sem trabalho

tentando readaptar as pessoas a novas funções, Barreto não conseguia esconder os grupos de desocupados circulando pelo pátio. "Tem mais de 180 pessoas nessas condições só aqui", disse o auxiliar de enfermagem Expedito Correia.

Mandado em junho para o posto avançado do Itaim, uma espécie de depósito de carros e equipamentos — e agora de servidores da AR de São Miguel —, Correia passa os dias perambulando pelo bairro, sem

trabalho. "Isso aqui não é hospital", diz ele, concursado e trabalhando no Hospital Tide Setubal. Com um salário reduzido à metade dos R\$ 800,00 que recebia, Correia interpreta a transferência como "perseguição".

Hoje integrando o módulo 6 do PAS, o Tide Setubal é um dos principais fornecedores de mão-de-obra especializada que não faz nada no

posto da AR do Itaim. "A gente marca o ponto e vai passear", declara Cosme Timóteo de Andrade, ajudante de ser-

viços gerais. Andrade, também concursado, estava na função havia 13 anos. Ganha R\$ 300,00.

Com um holerite de R\$ 311,00 à mão, o motorista Ivanilton Pinto de Almeida é um dos mais irritados com a situação do grupo. Ele foi deslocado do Hospital Ermelino Matarazzo para o posto da AR do Itaim Paulista. Como dois médicos transferidos, que atendem a funcionários num plantão às terças-feiras, Almeida, Andrade e Correia não assinaram documento de adesão ao PAS que determinava a desistência da efetividade. "Quem não assinou foi encostado", conta José Oliveira de Souza, eletricitista da Secretaria da Saúde desde 92. Ele ganha R\$ 235,00.

**SEGUNDO
SINDSEP, MAIS
10 MIL SERÃO
TRANSFERIDOS**

Casos graves são atendidos pelo SUS

Com o dinheiro da manutenção de 3,6 mil leitos nos 17 hospitais do PAS, em São Paulo, o Sistema Único de Saúde (SUS) cobre 22 mil leitos no País. A afirmação é do presidente do Simesp, José Erivaldo de Oliveira. De acordo com levantamento da entidade, o PAS não atende a doenças terciárias, como Aids, tuberculose, pacientes com traumatismos graves, além de meningites e partos por cesariana.

"Esses casos são repassados aos hospitais estaduais e pagos pelo SUS", afirma Oliveira. Segundo ele, um estudo do Simesp aponta que 30% dos encaminhamentos são feitos pelos postos do município para o Estado. "Esperávamos que eles fossem atender aos casos mais graves", diz a diretora do Hospital do Mandaqui, na Zona Norte, Nadia Romariz.

Considerado hospital de referência para atendimento de urgência, o Mandaqui continua atendendo a pacientes enviados pelos postos do PAS, como o Pronto-Socorro de Santana.

"Os casos mais graves são enviados para outros hospitais", admite a assessora de Imprensa do Tide Setubal, Maria do Sarcio B. Medeiros.

"É um passo para a privatização completa do sistema", afirma o presidente do Simesp. Segundo ele, a Prefeitura planeja uma reforma no PAS. "Eles vão começar a divulgar que as cooperativas não são a solução para então entregar os hospitais às empresas de medicina de grupo."